

Blockchain e inteligência artificial: como essa relação impulsiona mundo jurídico

17/05/2024

O Brasil é um dos países líderes na adoção da tecnologia *blockchain* em processos públicos. Instituições como Receita Federal, CVM, Banco Central, Ministério da Educação, Ministério da Saúde, entre outros, já utilizam a plataforma em processos diários que impactam a vida cotidiana dos cidadãos. Além disso, o uso da tecnologia que deu vida ao bitcoin também está embutido em todos os processos dos cartórios do país, via *e-notariado*. Mais recentemente, o mundo jurídico também vem “abraçando” esse avanço, que já pode ser usado como registro para validação de provas em processo civil e até na Justiça Eleitoral.

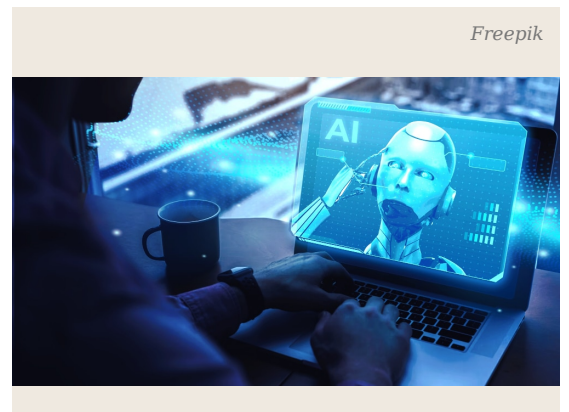
Assim, fica claro que, com o advento da GPT (*Generative Pre-trained Transformer*), conhecida popularmente como inteligência artificial generativa, a tecnologia tem ganhado cada vez mais atenção de advogados, juízes e acadêmicos, e sua interseção está redefinindo os limites do que é possível nesse campo de atuação.

Blockchain: fundação da confiança e imutabilidade

A *blockchain* é uma tecnologia descentralizada que visa a criar um registro digital público e imutável de transações. Funciona como um livro-razão distribuído, em que cada bloco de transação é encadeado de forma criptografada ao anterior, garantindo segurança, transparência e confiabilidade.

No contexto jurídico, tem o potencial de transformar a maneira como os contratos são executados, as propriedades transferidas e os registros mantidos.

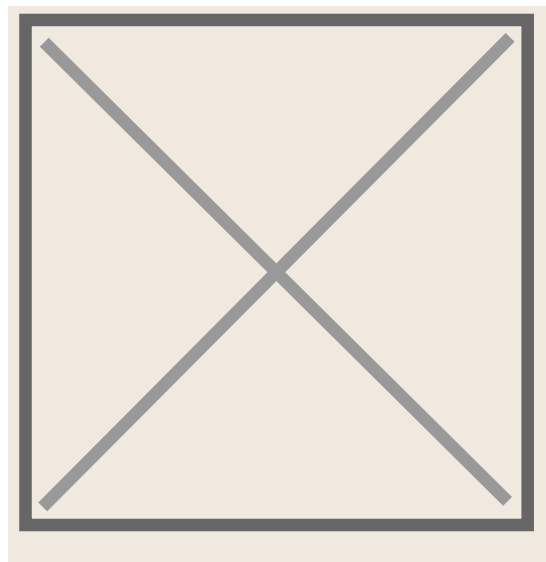
Contratos inteligentes (smart contracts): os contratos inteligentes são protocolos autoexecutáveis que automatizam e aplicam a execução de acordos, sem a necessidade de intermediários. Assim, reduzem a necessidade de litígios decorrentes de quebras contratuais. Com o uso de *smart contracts*, todo o processo de licenciamento de música, por exemplo, pode ser feito sem a necessidade de um contrato físico e da boa vontade da contraparte, garantindo que os direitos autorais sejam respeitados e que os pagamentos de *royalties* sejam feitos de forma justa e transparente. Ao mesmo tempo, a tecnologia garante a integridade e autenticidade do ato, proporcionando confiança e segurança para ambas as partes.



Freepik

Registro de propriedade e documentação legal: a *blockchain* pode ser utilizada para registrar a propriedade de ativos tangíveis e intangíveis, como imóveis, obras de arte e propriedade intelectual. Esses registros são imutáveis, o que significa que as transações e os históricos de propriedade podem ser verificados de forma transparente e confiável, reduzindo disputas e fraudes.

Notariado digital e prova de existência: a tecnologia permite ainda a criação de registros notariais digitais que podem ser usados para provar a existência de documentos ou informações em um determinado momento. Isso é especialmente útil em disputas legais, em que a autenticidade e a integridade dos documentos são cruciais.



IA: capacidade de análise e automatização

A inteligência artificial, por sua vez, refere-se à capacidade das máquinas de realizar tarefas que normalmente exigiriam o toque humano. No contexto jurídico, a IA é empregada para automatizar processos, analisar grandes volumes de dados legais e auxiliar na tomada de decisões.

Análise preditiva e jurimetria: utilizando algoritmos de aprendizado de máquina, a tecnologia pode analisar dados históricos de casos jurídicos para prever resultados, identificar tendências e fornecer “caminhos” sobre estratégias legais. Isso ajuda os advogados a tomarem decisões mais informadas e a oferecer aconselhamento jurídico estratégico aos clientes.

Revisão de documentos e *due diligence*: a IA pode ser usada para automatizar revisão de contratos, análise de documentos legais e *due diligence* em transações comerciais. Isso economiza tempo e recursos, permitindo que os profissionais se concentrem em questões mais complexas e estratégicas.

Assistência virtual e chatbots jurídicos: os chatbots alimentados por IA estão sendo cada vez mais utilizados para fornecer assistência jurídica básica, responder a perguntas comuns dos clientes e encaminhar consultas para advogados especializados, quando necessário.

Novas fronteiras jurídicas

A relação entre *blockchain* e IA promete abrir novas fronteiras no mundo jurídico, oferecendo soluções inovadoras para desafios antigos.

No entanto, essa interseção também levanta questões legais e éticas importantes, como a privacidade dos dados, a responsabilidade pelo funcionamento dos algoritmos e a equidade no acesso à Justiça. Portanto, é essencial que advogados, legisladores e acadêmicos trabalhem juntos para desenvolver um quadro regulatório adequado, que promova a inovação ao mesmo tempo que protege os direitos e interesses das partes envolvidas.



Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2024-mai-17/blockchain-e-inteligencia-artificial-como-essa-relacao-impulsiona-o-mundo-juridico/>